

Ata de Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada no dia 23 de novembro de mil novecentos e setenta e seis (1976) para proceder as eleições do Conselho Seccional, para o biênio de 01.02.77 à 31.01.79

Aos vinte e tres (23) dias do mes de novembro do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), às nove (9.00) horas, no Salão do Tribunal do Juri, sito no primeiro (1º) andar do Edifício do Palácio da Justiça, nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, tem início a Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, para o fim de proceder a eleição de deztois (18) membros do Conselho Seccional, para o periodo de 01.02.77 à 31.01.79, tudo de acordo com o edital publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no jornal do comércio e no Diário de Pernambuco dos dias treze (13), treze (13) e doze (12) do corrente, respectivamente, além de amplo noticiário da Imprensa diária desta capital. Funcionaram quatro (4) Mesas Receptoras de votos, sendo a primeira (1ª) presidida pelo advogado Amaro Nelson de Miranda Santos e integrada pelos advogados Ivan da Costa Pinto Neves e Paulo Mineiro Wanderley Raposo; a segunda (2ª) presidida pelo advogado José Guimarães Sobrinho e



integrada pelos advogados Maria Goulth Ramalho e Reinaldo da Silva Lira; a terceira (3ª) presidida pelo advogado Milton Corti Real e integrada pelos advogados Benjamin Martins Lopes e Manoel Vilanova; e a quarta (4ª) presidida pelo advogado Odir de Souza Farias e integrada pelos advogados Manoel Alvaro de Castro Jordão Emerenciano e Marlene Bione de Araujo, sendo os trabalhos supervisionados pela Diretoria e demais membros do Conselho Seccional. Inicialmente, o Sr. Presidente do Conselho Seccional mandou que fossem exibidas e examinadas as Urnas Receptoras de votos, havendo, após, sido colocado o lacro que garante a inviolabilidade das mesmas urnas. Os trabalhos de votação tiveram início às nove horas (9.00) prosseguindo até às quinze horas (15.00). Encontrando-se no recinto vários advogados que não haviam votado, foram admitidos a fazê-lo, encerrando-se os trabalhos de votação às dezesseis horas (16.00). Em seguida o Sr. Presidente determinou a apuração das Urnas, sendo as mesmas apuradoras constituídas pelos Conselheiros Joaquim Correia de Carvalho Júnior e Moisés Cesar Baracho, na qualidade de presidentes e pelos advogados Walva Ferreira Torres, Eleonora Maria Lira Garibaldi Pinto, Joaquim Bezerra de Medeiros, Jorge Cortes Pinto Neves, Luiz de Gonzaga Gomes Freitas e Paulo José Dias dos Santos. Votaram na primeira (1ª) urna seiscentos e trinta e nove (639) advogados, na segunda (2ª) urna seiscentos e vinte e sete (627) advogados, na terceira (3ª) urna quinhentos e seis (506) advogados e na quarta (4ª)





uma quatrocentos e cinquenta e quatro (454) advogados, totalizando dois mil duzentos e vinte e seis (2.226) advogados. Verificada a integridade das urnas, foram as mesmas abertas, iniciando-se a contagem das sobrecartas cujo número coincidiu com o dos votantes, havendo então os escrutinadores passado a apuração de votos. Às vinte horas (20.00), quando já se processavam os trabalhos de apuração das quatro (4) urnas da Capital, o Presidente do Conselho recebeu as atas de apuração das urnas localizadas nas sub-seções de Camamu e Garanhuns, onde votaram, respectivamente, cento e vinte e um (121) e vinte e seis (26) advogados, havendo o Sr. Presidente determinado que, na forma do artigo 43, parágrafo 3º da Lei 4215, fossem computados no resultado geral do pleito os resultados apurados naquelas sub-seções. Computados os votos das quatro (4) urnas da Capital e das urnas localizadas em Camamu e Garanhuns, o resultado geral do pleito foi o seguinte: Rodolfo Albuquerque de Araujo (2.164) dois mil, cento e sessenta e quatro votos; Everson da Cunha Luna (2.163) dois mil cento e sessenta e três votos; José Paulo de Souza Cavalcanti (2.159) dois mil cento e cinquenta e nove votos; Antonio de Brito Alves (2.152) dois mil cento e cinquenta e dois votos; Norany de Sá Barreto Sampaio (2.147) dois mil cento e quarenta e sete votos; Romualdo Marques Costa (2.144) dois mil cento e quarenta e quatro votos; Aurilio Agostinho da Boavista (2.138) dois mil cento e trinta e oito votos; Nilton Wanderley de Figueira (2.138) dois mil cento e trinta e oito votos; Osvaldo Cavalcanti



da Costa Lima Filho (2.134) dois mil cento e trinta e quatro votos; Ronaldo Favares Souto Maior (2.132) dois mil cento e trinta e dois votos; Jonas Angelo Ferreira Lima (2.127) dois mil cento e vinte e sete votos; Octávio de Oliveira Lobo (2.126) dois mil cento e vinte e seis votos; Egidio Ferreira Lima (2.122) dois mil cento e vinte e dois votos; Marinalva Reis Jones e Silva (2.120) dois mil cento e vinte votos; Geraldo de Oliveira Santos Neves (2.106) dois mil cento e seis votos; Nelson de Moraes Brito (2.084) dois mil e oitenta e quatro votos; Rorimildo Roche Leão (2.060) dois mil e sessenta votos; Urbano Vitalino de Melo Filho (2.033) dois mil e trinta e três votos. Votos anulados (325) trezentos e vinte e cinco; votos nulos (1.782) mil setecentos e oitenta e dois; votos em branco (2.368) dois mil trezentos e sessenta e oito; total de votos (42.714) quarenta e dois mil setecentos e quatorze. Os Trabalhos de votação e apuração decorreram sem incidentes e impugnações, havendo o Sr. Presidente determinado a publicação no Diário Oficial do Estado do mapa geral das eleições. Como nada mais havia a tratar, foi encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente Ata que será assinada pelos Srs. Presidente, Secretários do Conselho, Conselheiros e demais advogados que o quiseram fazer. *Moisim Ben Garach*

gader

otávio

amília

*Octávio de Oliveira Lobo*  
*João de Deus*



correia

Neves

Paulo

marlene

Leiz Gouge

Doramy

1  
 Inicialmente  
 Paulo José Vias dos Santos  
 Fabiano Siqueira de Araújo  
 Leiz Gouge  
 Doramy

Ata da Assembleia Geral/Ordinária do Poder do Odebrecht do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada em 18 (dezoito), de março de 1977 (mil novecentos e setenta e sete) em primeira convocação.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de março, do ano de 1977 (mil novecentos e setenta e sete) na sede do Poder do Odebrecht do Brasil, Seção de Pernambuco, à Rua do Imperador, 235, no centro do Recife Estado de Pernambuco, deveriam reunir-se, às 9 (nove) horas em Assembleia Geral Ordinária os associados, residentes no Estado de Pernambuco do Poder do Odebrecht para apreciar o Relatório do Diretoria e as contas e Balanços do tesouraria relativos ao exercício de 1976 (mil novecentos e setenta e seis) conforme edital publicado no Diário de Pernambuco e Diário Oficial,